

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Cláudia Álvares, Francisco Rüdiger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LE CARRÉ, John. *O jardineiro fiel*. Trad. Roberto Muggiati. São Paulo: Record, 2005.

MELENDI, Maria Angélica. *Antimonumentos: estratégias da memória (e da arte) numa era de catástrofes*. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.) *Palavra e imagem, memória e escritura*. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2006. p.227-46.

O JARDINEIRO FIEL. Direção de Fernando Meirelles. Roteiro de Jeffrey Caine. Longa-metragem. Drama/romance. Estúdio: Focus Features / Scion Films Limited / Potboiler Productions Ltd. Distribuição: Focus Features. 2006.

SANTAELLA, Lucia. *Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal*. São Paulo: Iluminuras, Fapesp, 2005.

SELLIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença – ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2005.

STAM, Robert. Beyond Fidelity: the dialogics of adaptation. In: NAREMORE, James. *Film adaptation*. New Brunswick/New Jersey: Rutgers University Press, 2000. p.54-78.

VENUTI, Lawrence. *The translator's invisibility – A history of translation*. London: Routledge, 1995.

WINTER, Jay. *A geração da memória: reflexões sobre o "boom da memória" nos estudos contemporâneos da história*. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.) *Palavra e imagem, memória e escritura*. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2006. p.67-90.

XAVIER, Ismail. Do texto ao filme: a trama, a cena e a construção do olhar no cinema. In: PELLEGRINI, Tânia. (Org.) *Literatura, cinema e televisão*. São Paulo: Senac; Itaú Cultural, 2003. p.61-90.

## As primeiras adaptações de *Robinson Crusoe* no Brasil

Gentil de Faria\*

**RESUMO:** Este artigo analisa as duas primeiras adaptações de Robson Crusoe publicadas no Brasil. A primeira, de autoria de Carlos Jansen, em 1885, e a segunda, de Monteiro Lobato, em 1931. Embora distanciadas no tempo e espaço, essas duas adaptações foram concebidas para servir de livro didático com a finalidade de despertar o gosto pela leitura nas crianças e adolescentes. Apreciadas também pelos adultos, essas reescrituras do romance de Daniel Defoe abrem caminho para o desenvolvimento de uma incipiente indústria do livro que ajudou a criar um público infantil e juvenil, convertido em leitor consumidor de livros. Dentro desse contexto, o artigo também identifica os elementos extratextuais das duas recriações, descrevendo os paratextos, caracterizados pelo uso do nome do autor, título do livro, prefácio e ilustrações, de acordo com a concepção de Gérard Genette.

**PALAVRAS-CHAVE:** Robinson Crusoe, Carlos Jansen, Monteiro Lobato, adaptação, literatura infantil.

**ABSTRACT:** This essay provides an analysis of the first two adaptations of Robinson Crusoe in Brazil, written by Carlos Jansen in 1885, and by Monteiro Lobato in 1931. Although far removed in time and space, both adaptations were designed primarily as textbooks for the use of children. Acclaimed even by adults, those rewritings of Daniel Defoe's famous novel paved the way for the development of the Brazilian publishing industry with a view to helping child to become reader. Within this context, the paper also describes the extra-textual elements of the books through their paratexts, which are devices such as the author's name, the title, preface, and illustration, according to Gérard Genette's theory.

**KEYWORDS:** Robinson Crusoe, Carlos Jansen, Monteiro Lobato, adaptation, children's literature.

\* Professor livre-docente aposentado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), campus de São José do Rio Preto (SP).

A história da tradução literária no Brasil, uma tarefa ciclópica, na afirmação de José Paulo Paes (1990), ainda está à espera de um pesquisador incansável e obstinado, que se disponha a fazer não apenas o levantamento dos textos traduzidos, como também a avaliação da atividade tradutória de seus autores. Não basta a mera listagem cronológica das obras traduzidas, é necessário ir além e adensar um pouco mais para localizar e comparar os resultados produzidos na língua de chegada com o texto fonte na língua de partida.

À medida que se avança retroativamente no tempo, essa busca se torna mais trabalhosa em razão da dificuldade de localizar traduções publicadas no século XIX, e especialmente nos séculos anteriores. São em número bastante reduzido as bibliotecas públicas que possuem textos traduzidos há mais de cem anos, por exemplo. A situação é ainda bem mais crítica em relação ao material produzido no período Colonial, pois grande parte dessas traduções se encontra em mãos particulares ou pertence ao acervo de bibliotecas localizadas fora do país, especialmente em Lisboa ou Paris.

Os obstáculos por vezes intransponíveis na tentativa de ler os textos, tanto o estrangeiro quanto o seu equivalente em tradução brasileira, desencorajam e limitam bastante o trabalho do pesquisador, que deseja contribuir para a montagem do inventário definitivo da literatura traduzida desde os tempos mais remotos. Nesse aspecto, já se tornou um lugar-comum apontar a carência de recursos financeiros enfrentada pelo pesquisador ao deparar com as provocações vivenciadas na obtenção de auxílio, que viabilize o contato físico com a obra rara, cujo acesso ansiosamente persegue.

Com alguma sorte, entretanto, as traduções centenárias poderão ser encontradas em sebos que disponibilizam os catálogos para consulta imediata por meio de um computador. Dessa maneira, em poucos instantes, é possível descobrir um “tesouro” localizado nas regiões mais distantes. Porém, o entusiasmo do achado pode se transformar em desânimo, pois os preços cobrados por essas raridades

são ordinariamente excessivos. Os prestimosos alfarrabistas de outrora são hoje comerciantes interessados no lucro elevado, e os “achados”, antes passíveis de aquisição a baixo custo, são vendidos como se fossem exóticas porcelanas de um antiquário chinês.<sup>1</sup>

Desde os primeiros tempos da história do Brasil, a questão da tradução sempre esteve presente na vida dos nativos da então denominada Ilha de Vera Cruz. Já no primeiro documento escrito nestas terras – a célebre carta do escrivão Pero Vaz de Caminha – narrando ao rei de Portugal o “achamento de terra nova”, a dificuldade de comunicação com os índios se colocou como uma barreira a ser transposta na tarefa de converter o silvícola ao cristianismo.

A percepção aguçada de Caminha sobre os mecanismos de persuasão do índio é um fato extraordinário para a época. Vendo a ingenuidade dos nativos, o arguto escrivão prega a utilização dos degredados como mediadores, isto é, tradutores na terminologia moderna, de uma nova relação de dominação que vai se estabelecer pouco tempo depois. Nesse sentido, é bastante expressiva a seguinte passagem da famosa carta:

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza o Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar, uma vez que o Nosso Senhor lhes deu bons corpos, bons rostos, como a homens bons.

Como se vê, os condenados ao exílio no Brasil foram, na realidade, os nossos primeiros tradutores e intérpretes durante meio século. Os padres jesuítas só começam a chegar a partir de 1549, já com a missão de aprender a

<sup>1</sup> Este trabalho, felizmente, pôde usufruir as facilidades proporcionadas pela biblioteca Guita e José Mindlin, a quem agradeço a permissão para consultar o seu impressionante acervo de obras raras.

língua nativa para traduzir textos para o tupi, o nheengatu ou o abanheenga. Essas traduções, feitas com a finalidade de facilitar a catequese, eram orais, e as poucas escritas desapareceram por completo ou são mencionadas como meras referências bibliográficas. Uma das raras exceções quanto à escassez de informações sobre o paradeiro dessas ocorreu com a produção de José de Anchieta, autor de uma “Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil”, impressa em Coimbra em 1595, e reproduzida em fac-símile pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1980, fato que lhe garantiu sobrevida e facilidade de acesso.

Tentando identificar nosso primeiro tradutor de texto impresso, Lia Wyler (2003, p.39) afirma categoricamente que o padre João de Azpilcueta Navarro (1522-1557) foi o “realizador da primeira tradução escrita no Brasil: *A suma da doutrina cristã na língua tupi*”. Entretanto, algumas páginas adiante, a própria autora atenua a segurança de sua descoberta (ibidem, p.63): “Acreditamos (sic) que a primeira tradução brasileira, do português para o tupi, tenha sido a *Suma da doutrina cristã*, anterior a 1557, de autoria do padre João de Azpilcueta Navarro, famoso por seu talento lingüístico”. Portanto, a dúvida sobre essa informação histórica persiste na imaginação do leitor.

Se o inventário dos tradutores da era Colonial ainda constituiu uma tarefa a ser concluída,<sup>2</sup> o mesmo não ocorre com o período do Império, que tem sido objeto de várias pesquisas e publicações especializadas. A criação da Real Biblioteca em 1810 – hoje Biblioteca Nacional – com o rico acervo inicial trazido por ocasião da tumultuada vinda da família real ao Brasil, representa o marco inicial do processo de tombamento das obras. Com isso, o trabalho de localizar os textos se tornou menos penoso para os pesquisadores, embora a frustração de não encontrar traduções importantes realizadas no século XIX persista com certa frequência.<sup>3</sup>

Anteriormente a 1808, a rígida proibição para abertura de gráficas, decretada por Portugal, tornou bastante difícil a circulação e o comércio de livros no Brasil, acar-

<sup>2</sup> Lia Wyler faz uma lista contendo dois tradutores do século XVI (Azpilcueta Navarro e José de Anchieta), cinco do século XVII, e 29 do século XVIII. Agora, restou o trabalho de saber quem traduziu o quê e de que forma.

<sup>3</sup> Para o século XIX, além da Biblioteca Nacional, o pesquisador poderá encontrar farto material na biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro.

retando grande atraso no desenvolvimento cultural do país. Por isso, durante décadas, a maior parte das traduções disponíveis só poderia ter sido realizada pelos autores portugueses. Os tradutores brasileiros tinham um trabalho adicional: precisavam mandar imprimir seus textos na Europa. Isso também ocorreu com os primeiros livreiros e editores que vieram a se instalar no Rio de Janeiro – como os irmãos Laemmert em 1838 – que mandavam imprimir na Alemanha suas obras lançadas no Brasil.

Com o passar do tempo e o levantamento da censura à produção e difusão do livro, o crescimento das atividades culturais ensejou o aparecimento de tradutores brasileiros, que não se contentavam em ler as obras-primas da literatura universal em traduções vindas do antigo colonizador. Começa, então, a surgir homens que fazem da tradução seu meio de subsistência econômica. Tinham preferência por trabalhar com a ficção de grande apelo popular na época. A tradução de poesia, de escassa procura, era feita por mero diletantismo pessoal.

Assim, a demanda por tradução de folhetins começa a despertar a atenção de brasileiros com conhecimento de francês, a língua estrangeira mais falada entre os intelectuais que gravitavam em torno da Corte recém-instalada. Entre esses tradutores, a figura do curioso mulato baiano Caetano Lopes de Moura (1780-1860) é apontada por José Paulo Paes (1990, p.18) como “o nosso tradutor realmente profissional, isto é, aquele que fez da tradução, pelo menos durante certa quadra da sua vida, um meio de subsistência”.

Essa afirmação é contestada por Lia Wyler (2003, p.85): “poderíamos contrapor vários outros no mesmo caso”, e cita os exemplos de José Alves Visconti Coaracy (1837-1892) e Francisco de Paula Brito (1809-1861), tipógrafo que imprimiu o primeiro livro de um jovem com futuro promissor: Machado de Assis. Entretanto, esses tradutores apareceram algum tempo depois do mulato baiano. Basta apenas conferir as datas de suas traduções.

Caetano Lopes de Moura tinha contrato comercial com a famosa Livraria Aillaud, sediada em Paris e especia-

lizada em enviar livros impressos em português para o Brasil e Portugal. Sua intensa atividade tradutória começou em 1837, traduzindo Walter Scott e Chateaubriand. Veja-se que esse ano é o mesmo do nascimento de Visconti Coaracy. Assim, quando esse nasceu, o baiano já estava traduzindo os clássicos. Nessa mesma época, o jovem Paula Brito estava começando a escrever seus primeiros contos. Suas traduções vão surgir bem depois. Tendo esses dados simples e irrefutáveis, não hesito em concordar com José Paulo Paes ao enfatizar a precedência histórica da atividade sistêmica de tradução operada por Caetano Lopes de Souza. Por direito, ele é, de fato, o patriarca dos tradutores brasileiros. Ninguém antes dele teve o privilégio de ser contratado para o ofício de traduzir.<sup>4</sup>

Deve-se registrar a atividade tradutória de um outro mestiço, Justiniano José da Rocha (1811-1862), nome que vem logo após o de Caetano Lopes de Moura, também contratado para o ofício de tradução de folhetins. Ele conseguiu a façanha de iniciar, em 10 de março de 1852, no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, a publicação em série da tradução de *Os miseráveis*, de Victor Hugo, um mês antes do lançamento em Paris do texto original em livro. É que o proprietário do jornal, Junius Villeneuve, havia obtido permissão para traduzir o célebre romance a partir de cópias do original fornecida pelo editor belga. Esse fato frustrou a vontade do romancista francês que havia pedido para que as traduções do seu livro ocorressem após o lançamento em Paris.<sup>5</sup>

Além de enfrentar enormes dificuldades, como a escassez de obras de referências e dicionários especializados, o tradutor brasileiro padecia também com a antipatia e má vontade dos críticos em relação ao seu trabalho. Sílvio Romero (1960, p.900) vangloriava-se de não gostar de tradução, sobretudo de poesia traduzida, e fazia escola ao pontificar: “Em rigor as traduções em verso são verdadeiros jogos de paciência inutilmente gasta. A poesia não se translada sem perder a mor parte de sua essência. Nas melhores condições a tradução poética é sempre grandemente falsa”.

<sup>4</sup> Aqui não é o lugar para o estudo das traduções realizadas por Caetano Lopes de Moura, que ainda aguarda a atenção mais demorada de um pesquisador. Sílvio Romero (1960) fornece alguma informação biobibliográfica a seu respeito, afirmando que seu nome não pode ser esquecido. O estudo mais extenso sobre Moura encontra-se em Cláudio Veiga (1979, p.119-38). Sem dúvida, a análise das traduções desse médico aventureiro, fascinado pela figura de Napoleão Bonaparte, e autor de sua própria biografia, forneceria farto material para uma tese acadêmica.

<sup>5</sup> Otir Bergemann de Aguiar (1996) analisou essa primeira tradução do romance francês e fez a notável descoberta da precedência do texto brasileiro sobre o original em livro francês. A pesquisadora desvendou esse mistério, pois o texto original não saíra em forma de folhetim, como era frequente naquela época.

<sup>6</sup> Antonio Rodrigues Medina dedicou um estudo profundo sobre essas mesmas traduções feitas por Odorico Mendes, e fez o resgate do valor do trabalho realizado, ainda que apontando alguns equívocos. Haroldo de Campos (1929-2003) também enalteceu a atividade tradutória do poeta maranhense, elogiando suas “transcrições” poéticas, expressão que gostava de usar em se tratando de tradução de poesia.

Em outro ponto da obra, ele confessa sua intolerância em relação à tradução de poesia (ibidem, p.723): “Em geral sou infenso a traduções de poetas. Traduzidos em prosa ficam mortos; vertidos para verso, ficam sempre desfigurados. Uma tradução poética dificilmente dará o desenho da obra traduzida e jamais fornecerá o colorido”.

Essa postura abertamente hostil em relação à tradução levou-o a fazer julgamentos drásticos e disparatados, como ocorreu ao analisar (ibidem, p.723) o trabalho do poeta e tradutor maranhense Odorico (1799-1864): “Quanto às traduções de Virgílio e Homero tentadas pelo poeta, a maior severidade seria pouca ainda para condena-las. Ali tudo é falso, contrafeito, extravagante, impossível. São verdadeiras monstruosidades”. Segundo o irreverente crítico, essas tradições eram “ásperas”, “prosaicas”, “obscuras”, e escritas em “português macarrônico”.

Segundo Romero (1960, p.723), o tom da tradução é “pedantesco e maçudo”. Para ele, o poeta maranhense “torturou frases, inventou termos, fez transposições bárbaras e períodos obscuros, jungiu arcaísmos a neologismos, latinizou e gregificou palavras e proposições, o diabo!”. Após citar alguns fragmentos da tradução de Virgílio, em tom de deboche, o irado crítico passa a analisar a tradução de Homero, com um parágrafo demolidor (ibidem, p.725): “A tradução da *Ilíada* é cinqüenta vezes pior”.<sup>6</sup>

## A literatura escolar

Por volta da metade do século XIX, cerca de 80% da população brasileira eram analfabetos. Esse dado revela que a imensa maioria do povo estava à margem do processo de educação escolar. Apesar da independência política, o ensino ainda permanecia muito preso aos velhos manuais portugueses. A respeito da precariedade do aprendizado da leitura na escola daquela época, Sílvio Romero (1884, p.X) dá o seguinte depoimento:

Ainda alcancei o tempo em que nas aulas de primeiras letras aprendia-se a ler em velhos autos, velhas sentenças

fornecidas pelos cartórios dos escrivães forenses. Histórias detestáveis e enfadonhas, em sua impertinente banalidade, eram-nos ministradas nesses poeirentos cartapácios. Eram como clavas a nos esmagar o senso estético, embrutecer o raciocínio, e estragar o caráter.

Era então precisa uma abundante seiva nativa para resistir à semelhante devastação.

As sentenças manuscritas eram secundadas por impressos vulgares, incolores, próprios para ajudarem a destruição.

Era o ler por ler, sem incentivo, sem préstimo, sem estímulo nenhum.

A leitura por obrigação, desmotivada e coercitiva, imposta ao menino Sílvio Romero, se manteve por muito tempo no sistema educacional brasileiro. José Veríssimo (1993, p.271), ao recordar seus estudos na escola primária, ressalta que os livros, na maioria, eram estrangeiros, sobretudo de origem portuguesa:

São os escritores estrangeiros que traduzidos, trasladados ou, quando muito, servilmente imitados, fazem a educação da nossa mocidade [...] Os meus estudos feitos de 1867 a 1876 foram sempre em livros estrangeiros. Eram portugueses e absolutamente alheios ao Brasil os primeiros livros que li [...] Acanhadíssimas são as melhorias desse triste estado de coisas, e ainda hoje [1906] a maioria dos livros de leitura, se não são estrangeiros pela origem, são-no pelo espírito.

Ao final do texto, Veríssimo sugere uma reforma do livro de leitura no Brasil, fazendo uma ressalva de cunho patriótico (ibidem, p.272): “Cumpra que ele [o livro] seja brasileiro, não só feito por brasileiro, que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime”.

Esse sentimento nacionalista de José Veríssimo pode ser encontrado em outros autores do mesmo período. Enfarçados com o que vinha de fora, alguns começaram a pensar uma literatura que tratasse de coisas nossas, que tivesse

a nossa cara. Nesse sentido, os textos estrangeiros eram bem-recebidos desde que fossem “aclimatados” ao nosso meio cultural. Com esse espírito de tornar dar uma coloração brasileira aos textos vindos de fora, houve uma maciça adaptação de obras clássicas ao gosto da juventude escolar brasileira, a partir de meados do século XIX.

A obra mais adaptada ao gosto do jovem brasileiro naquela época foi *Os lusíadas*, de Luís de Camões. Leonardo Arroyo (1918-1986), admitindo que o seu inventário não estava completo, listou 22 edições escolares diferentes do célebre poema no período de 1856 a 1930. O poeta português era leitura obrigatória de todo estudante do século XIX. A adaptação mais popular foi a de autoria de João Cardoso de Meneses e Sousa (1827-1915), mais conhecido pelo título de barão de Paranapiacaba, outorgado pelo imperador Pedro II, em 1883.

O barão era uma curiosa figura do Segundo Império. Mantinha laços de amizade com o imperador e dele se valia para obter prestígio pessoal. Foi o tradutor de Ésquilo, Plauto, Lamartine, La Fontaine e Byron, entre outros. Sua adaptação do épico de Camões recebeu o título de *Camoniana brasileira*, e foi publicada em 1886 com um extenso número de notas explicativas sobre a mitologia contida no texto original. Por causa da boa reputação que desfrutava junto ao imperador, seu texto mereceu o privilégio de ser o primeiro livro da série “Biblioteca Escolar”, adotada largamente nas escolas primárias do país. No “Prólogo” (apud Romero 1960, p.895), o barão explica como realizou o trabalho: “Resumi os trechos mais belos do poema, dando-lhes feição moderna e variada metrificacão” (grifo de Sílvio Romero).

O crítico temperamental, que já se manifestara contra a tradução de poesia, não conteve a ira contra a adaptação do texto camoniano feita por Paranapiacaba (ibidem, p.895):

Que horror! Um espírito cansado e retrógrado, querendo *modernizar* um monumento genial, novo, fresco, matinal, como se fora ontem escrito, uma criação que não tem data; porque é contemporânea de todas as fases da

cultura humana, como os Lusíadas! Custa em verdade conter a indignação. E há e houve simples que aplaudiram tudo aquilo! [...] Modernizar Camões! Em todo o percurso da literatura brasileira bem vê o leitor ser a maior bernardice em que tem tropeçado... E não foi um homem do tempo da colônia, nem um pobre provinciano, que a realizou...

A condenação implacável de Sílvio Romero revela sua postura preconceituosa contra a adaptação de obras clássicas ao gosto do leitor jovem. O problema não está no fato de o barão ter ousado “modernizar” o texto camoniano, mas no resultado sofrível que obteve. O ato de adaptar uma obra para determinado público não deve caracterizar um procedimento condenável em si mesmo. As reprovações ao trabalho de Paranapiacaba são inúmeras. Leonardo Arroyo (1968, p.88) afirmou: “Do poema fez o barão uma salada de frutas”. Antonio Candido (2006, p.705) tachou-o de “empresa de verdadeiro sacrilégio poético”.

### Os clássicos em tradução

A vinda da família real em 1808 foi um dos eventos que desencadearam a avassaladora presença da cultura francesa no Rio de Janeiro. O impacto da França foi sentido com vigor até nos currículos escolares. O famoso Colégio Pedro II, inaugurado no 12º aniversário do herdeiro ao trono em 2 de dezembro de 1837, é um exemplo concreto da influência parisiense no nosso meio cultural. Concebido para ser o modelo de escola secundária no Brasil, sua organização administrativa e estrutura curricular são inspiradas no prestigiado Lycée Louis-le-Grand, a escola das celebridades, localizada no afamado endereço 123 rue Saint Jacques, Paris.

Sílvio Romero (1960, p.1.692), também um dos seus renomados professores, criticava tendência à imitação tão arraigada entre os intelectuais brasileiros da época: “Não devo repetir aqui o que algumas dúzias de vezes deixei escrito sobre a tendência imitadora do Brasil. Ninguém ignora que nós copiamos os livros franceses”. Mesmo as obras

escritas em outras línguas chegavam até nós por meio das traduções francesas. Isso ocorreu também com dois romances ingleses fundamentais do século XVIII: *Robinson Crusoe* (1719) e *As viagens de Gulliver* (1726), que durante mais de cem anos só foram conhecidos aqui nas traduções portuguesas ou nas edições em francês.<sup>7</sup>

A primeira tradução, em língua portuguesa, de *Robinson Crusoe* foi feita em 1785 por Henrique Leitão de Sousa Mascarenhas, que traduziu do texto publicado em francês.<sup>8</sup> A popularidade do romance no Brasil persiste até os nossos dias. Villalta (2004) demonstrou que a obra de Defoe era uma presença constante nas listas de livros com trânsito legal, isto é, com permissão da temida mesa censória, entre Portugal e Brasil. Figurava em quarto lugar entre as obras de ficção mais mencionadas nessas remessas. No circuito inverso, do Brasil para Portugal, era a terceira obra de ficção mais citada.

### Carlos Jansen

A adaptação da história do naufrago Crusoe, conhecida no mundo inteiro, foi publicada pela primeira vez no Brasil em 1885. Seu autor, Carlos Jansen (1829-1889), era alemão nascido em Colônia, e veio ao Brasil em 1851, para morar no Rio Grande do Sul. Em 1878, mudou para o Rio de Janeiro e, em seguida, começou a lecionar alemão no Colégio Pedro II, onde permaneceu até a morte.

Sua biografia é pouco conhecida. Além das adaptações de obras estrangeiras, escreveu dois livros: uma novela e uma antologia de escritores alemães para ser usada como texto didático. A novela se chama *O patuá*, e foi publicada na *Revista Brasileira* em 1879, com tradução para o alemão nessa mesma data. Esse livro alcançou mais duas edições: em 1965 e 1974, por ocasião da celebração do sesquicentenário da imigração alemã naquele Estado brasileiro. O enredo é muito simples e linear. Trata-se da amizade entre dois jovens amigos, Carlos e Luís, narrada com muita vivacidade em linguagem gaúcho, típico da região sulista.

<sup>7</sup> A biblioteca Guita e José Mindlin possui três edições raras de traduções francesas de *Robinson Crusoe*, publicadas em 1751, 1775 e 1845.

<sup>8</sup> A biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura possui essa tradução na edição de 1816, em dois volumes, publicada pela Tipografia Rollandiana, de Lisboa.

A antologia, com o ambicioso título *Seleção literária dos principais autores alemães*, traz longos trechos de três autores apenas: Lessing, Goethe e Schiller, precedidos de dados biográficos de cada um. Esses textos eram dados aos alunos para exercício de tradução, e continham notas de rodapé para guiar o estudante na busca de uma expressão equivalente em português das passagens mais obscuras na língua original.<sup>9</sup> A maior contribuição de Jansen para a cultura brasileira foi a incansável luta que travou para tornar agradável a leitura dos clássicos pelos estudantes do elitizado colégio imperial. Nesse aspecto, ele foi, sem dúvida, o pioneiro a adaptar, com finalidade didática, as obras clássicas para a apreciação dos adolescentes nas escolas secundárias brasileiras.

A fim de atingir seus elevados propósitos, Jansen inspirou-se na atividade do alemão Franz Hoffmann (1814-1882), que havia concebido o mesmo plano de adaptação de obras clássicas no seu país. Ele percebeu que o mesmo procedimento poderia ocorrer também no Brasil, onde os jovens não dispunham de material de leitura em português das obras clássicas estrangeiras, adaptadas ao seu nível de compreensão literária. As traduções integrais até então existentes estavam muito distantes do universo cultural da maioria deles. Assim, a adaptação de obras ao gosto dos jovens seria a solução ideal para resolver o problema deles em relação à falta de interesse e preparo intelectual.

Escolhido Hoffmann como modelo, Jansen mergulhou de vez na tarefa de adaptar cinco clássicos da literatura universal. Além de fazer as adaptações, ele teve a preocupação de convidar as celebridades mais conhecidas do meio cultural brasileiro para prefaciar o seu trabalho. A carta que ele escreveu para Rui Barbosa (1955, p. 250), datada de 15 de novembro de 1887, é bastante expressiva a respeito do seu trabalho de tradutor:

Como sabe, criei entre nós uma biblioteca juvenil, para ensinar a ler a geração presente. Foram publicados já: *Contos Seletos de Mil e Uma Noites*, prefaciado por Machado de Assis; *Robinson Crusoe*, com introdução de Sílvio Romero;

<sup>9</sup> Algumas fontes indicam que Jansen escreveu outros dois livros; um para o ensino de alemão aos brasileiros, e o outro, para ensinar português ao imigrante alemão. Ele também dava aulas particulares de alemão, e entre seus estudantes mais conhecidos estavam Ferreira de Araújo, Capistrano de Abreu, e a glória nacional, Machado de Assis. Sua tese de concurso para o Pedro II, intitulada *Do pronome na língua alemã*, foi publicada em 1883 pela editora Laemmert.

<sup>10</sup> A íntegra dessa carta pode ser lida em Leonardo Arroyo (1968, p.172-4) e Zilberman & Lajolo (1993, p.267-8). Além dessas quatro obras mencionadas na carta, Jansen também adaptou *Aventuras maravilhosas do barão de Munchausen*, publicada postumamente. Rui Barbosa, bastante envidado com o convite recebido, escreveu um erudito ensaio de 48 páginas (quase metade de todo o livro) sobre Swift, usando a mesma retórica com a qual ficou famoso. Seu texto estabelece um violento contraste com a linguagem simples da adaptação.

<sup>11</sup> A biblioteca Guita e José Mindlin possui essa segunda edição. Com as facilidades da internet, consegui comprar num sebo um exemplar dessa mesma edição. A primeira, infelizmente, permanece ainda inacessível.

*Dom Quixote* patrocinado por Ferreira de Araújo. Tenho agora no prelo *As Viagens de Gulliver*, obra de que lhe envio algumas folhas e os cromos que devem acompanhar o texto, – tenho a ousadia de pedir-lhe uma introdução, como Sr. Conselheiro, bom amante da instrução, as sabe fazer. [...] Não sou água nem grande ilustração; mas entendo que mesmo em esfera limitada podem prestar-se bons serviços, e por isto contento-me com as adaptações das boas obras que em original nos faltam.<sup>10</sup>

Adotando a prática de chamar grandes nomes para valorizar o seu trabalho, Jansen instiga seu jovem leitor a ir além do texto adaptado. Para isso, é necessário observar também os elementos extratextuais nele incorporados, isto é, os seus paratextos. Foi Gerard Genette (1997) quem introduziu o termo “paratexto”, usando-o para designar os elementos que se encontram em torno do texto, dentro e fora do livro. Para ele, o paratexto pode assumir diversas formas, como título, formato da capa, prefácio, dedicatória, epígrafe, notas, ilustrações, biografia do autor, colofão, código de barras, indicação de preço, correspondência entre o autor e o editor, resenhas sobre o livro, polêmicas travadas, traduções, adaptações etc. Por esse amplo espectro, nota-se que o paratexto estabelece uma complexa mediação entre livro, autor, editor e leitor.

No caso da primeira adaptação de *Robinson Crusoe* no Brasil, e também por tratar-se de obra rara, a análise dos paratextos mostra-se fundamental para uma aprofundada compreensão. Mesmo tendo feito reiteradas buscas em sebos diversos e nas principais bibliotecas do país, não consegui localizar a primeira edição. Apesar de ela constar no catálogo antigo da Biblioteca Nacional, o exemplar ilustrado, com 191 páginas, encontra-se desaparecido, mesmo depois de várias investidas, que contou com a ajuda de dedicadas bibliotecárias. A segunda edição,<sup>11</sup> que será analisada neste trabalho, saiu sem data de publicação, mas pelas referências a ela feitas naquela época, pode-se dizer que ocorreu ainda em vida de Jansen, morto em 1889.

Essa edição possui excelente acabamento gráfico. A capa dura mostra a figura centralizada do protagonista no

meio da selva, onde as cores predominantes são o verde e o amarelo. Ao fundo, vê-se um céu azul e uma pomba branca com asas abertas, pousando no galho, logo acima da cabeça da personagem, como que lhe dando proteção. Robinson é mostrado de corpo inteiro, jovem, com o olhar aberto e atento, cabelos longos, de bigode, cavanhaque, mas sem barba. Ele empunha sua comprida lança, como que preparado para enfrentar iminente perigo.<sup>12</sup> Na parte de cima, aparece em letras grandes e estilizadas em declínio o nome ROBINSON. Não há indicação de autor, tradutor ou outro elemento que normalmente consta de uma capa de livro.

A falsa folha de rosto traz centralizado o nome da obra centralizado, em caixa alta, negrito, acentuado,<sup>13</sup> e com o ponto final. O longo título original – *The life and strange surprising adventures of Robinson Crusoe* – foi simplificado para conter apenas o nome da personagem principal. Esse procedimento ocorreu no mundo inteiro, mesmo nas edições inglesas.

Anterior à página de rosto existe um belo cromo onde se vê Robinson agarrado ao rochedo, com semblante apavorado. Ao fundo, vê-se um mar revolto, com nuvens carregadas e um navio afundando. Em contraste, duas gaivotas sobrevoam na tempestade. A folha de rosto traz os seguintes elementos: **ROBINSON CRUOSÉ.** / redigido para a mocidade / brasileira, segundo o plano / de / F. Hoffmann, / por / Carlos Jansen, / do Collegio D. Pedro II. / Segunda Edição, Adornada com Esplendidos Chromos. / Rio de Janeiro. – S. Paulo. – Recife. / Laemmert & C., / Editores-Proprietários. Como se percebe, não consta o nome de Daniel Defoe, autor do texto original inglês.

O prefácio vem logo a seguir. Sílvio Romero (1885, p.v), que nunca havia feito nenhuma menção ao autor do romance em sua consagrada *História da literatura brasileira*, escreveu oito páginas, datando-as, ao final, outubro de 1884. O primeiro parágrafo diz: “O Sr. professor Carlos Jansen, a quem as letras e a pedagogia brasileira já tanto devem, acaba de traduzir o celebrado romance *Robinson*

<sup>12</sup> É surpreendente constatar que o desenho dessa mesma capa foi copiado, com ligeiras modificações, na recente edição publicada pela editora Villa Rica, em 2007.

<sup>13</sup> Nas inúmeras edições brasileiras pode-se observar uma oscilação entre acentuar ou não o nome da personagem. Há uma preferência de cerca de 70% dos casos para não usar o acento. Acredito que o uso do acento deveu-se à influência do francês, de onde saíram as primeiras traduções portuguesas. Na França, até hoje, a forma acentuada mantém a preferência. Optei por seguir a maioria dos brasileiros e usar a forma não acentuada.

<sup>14</sup> O nome de batismo do escritor londrino era Daniel Foe. Querendo torná-lo mais aristocrático, aos 35 anos de idade, ele mudou para Daniel de Foe, usado separadamente para indicar uma origem de família nobre. Tempos depois, o prefixo foi acoplado ao sobrenome, daí Defoe. As primeiras referências sobre o autor no Brasil e no exterior trazem a designação de Foe, como pode ser visto, por exemplo, nas traduções francesas e na tradução publicada pela Garnier no início do século XX.

<sup>15</sup> As edições Oxford World's Classics e a Barnes & Noble Classics mantiveram o texto original corrido, sem capítulos.

*Crusoe*, de Daniel de Foe (sic).<sup>14</sup> O livro foi pelo tradutor adaptado ao nosso meio social, segundo o plano de F. Hoffmann”. Depois de apontar os defeitos do ensino da leitura no seu tempo de escola primária, o crítico, que sempre manifestava má vontade para as traduções, finaliza o texto, elogiando o trabalho que prefaciou (ibidem, p.xii): “O Robinson Crusoe, redigido para a mocidade brasileira, é um presente magnífico, um mimo que vai encantar, instruído os nossos filhos; e os vai instruir sem afetações, sem lamúrias e pieguices nocivas”.

Após o prefácio, aparece o índice dos 20 capítulos com os quais a história original foi adaptada. Uma informação importante a ressaltar é o fato de a obra original não ser dividida em capítulos. Entretanto, muitas edições, mesmo as publicadas em inglês, trazem a obra parcelada em número variado de capítulos.<sup>15</sup> Jansen, coerente com o propósito de adaptar a obra para jovens, não apenas a dividiu em capítulos, como acrescentou um breve sumário do conteúdo de cada um. Isso facilitou grandemente a tarefa de leitura da obra pelos seus jovens alunos. Todos eles sabiam que estavam lendo uma adaptação e não uma tradução integral.

Para se ter uma ideia mais clara do trabalho realizado por Jansen, transcrevo aqui, em ortografia atualizada, o índice tal como ele aparece no livro, com os respectivos números de páginas:

#### CAPÍTULO I

Robinson Crusoe. – Sua predileção pelas viagens. – Excursão improvisada a Londres. – Grandes projetos comerciais. – Como indo para a Guiné, muda de rumo, navega para o Brasil, e por fim naufraga devesas ..... 1

#### CAPÍTULO II

Na escola da necessidade, Robinson aprende a ser ativo ..... 11

#### CAPÍTULO III

Robinson faz descobertas preciosas, e volta para a casa com uma verdadeira fortuna ..... 22



CAPÍTULO IV	
Aumenta o bem estar de Robinson. – Descobre um tesouro que trata com sumo desprezo .....	28
CAPÍTULO V	
Robinson continua a sua vida solitária, aumentando de dia em dia o seu bem estar à força de trabalho e reflexão .....	33
CAPÍTULO VI	
O terremoto e as chuvas: conseqüências destes dois fenômenos .....	43
CAPÍTULO VII	
Robinson renova o seu traje, e adoece .....	51
CAPÍTULO VIII	
Convalescença de Robinson. – Novas descobertas. – Horário de trabalho .....	56
CAPÍTULO IX	
Robinson descobre vestígios humanos. – Chegam à sua ilha antropófagos, e Robinson salva uma das suas vítimas .....	64
CAPÍTULO X	
Sexta-feira faz fogo. – Refeição deliciosa. – Reflexões de Robinson .....	75
CAPÍTULO XI	
Robinson fortifica a sua habitação. – Estação das chuvas. – Trabalhos domésticos. – Robinson ensina a Sexta-feira a religião cristã .....	79
CAPÍTULO XII	
Conclusão da barca e viagem infeliz .....	87
CAPÍTULO XIII	
Naufrágio .....	92
CAPÍTULO XIV	
Robinson e Sexta-feira concluem a balsa e navegam para o navio. – Naufrágio e perigo de vida .....	102
CAPÍTULO XV	
Bem estar devido ao naufrágio .....	113

CAPÍTULO XVI	
Novo desembarque dos selvagens. – Robinson e Sexta-feira salvam duas vítimas, sendo uma o pai do jovem índio .....	118
CAPÍTULO XVII	
A narração do espanhol .....	125
CAPÍTULO XVIII	
Cresce o número de súditos de Robinson .....	128
CAPÍTULO XIX	
Navio à vista. – Façanhas de Robinson e Sexta-feira .....	134
CAPÍTULO XX	
Volta à pátria .....	143

Essas mesmas sinopses são reproduzidas no início de cada capítulo, o que estimula a retenção do enredo na mente do jovem leitor. Para tornar mais agradável a leitura, cinco cromos coloridos foram inseridos ao longo da narrativa, além do já visto na falsa folha de rosto. Eles aparecem depois das seguintes páginas: página 16 – Crusoe está repousando no galho de uma árvore; página 44 – mostra o protagonista fugindo das larvas do vulcão; página 70 – retrata o primeiro encontro de Crusoe com Sexta-feira; página 98 – Sexta-feira saltando do barco, fugindo de um cão e de um animal de chifres; página 120 – a luta contra os selvagens.

Sugestivas ilustrações em preto-e-branco entremeiam as aventuras narradas. São 40 ilustrações, o que dá uma ilustração para cada três,<sup>16</sup> e quatro delas ocupam uma página inteira. A exuberância das gravuras e a simplicidade de linguagem foram a causa principal do sucesso da adaptação feita por Carlos Jansen. Uma segunda edição foi lançada dentro de pouco tempo após a publicação da primeira em 1885.

Por se tratar de adaptação e não de uma tradução no sentido tradicional, não cabe fazer o cotejo corpo a corpo dos dois textos em confronto para aferir o trabalho realizado pelo adaptador. Como foi visto, a edição brasileira

<sup>16</sup> As páginas onde aparecem as ilustrações são as seguintes: 1, 6, 9, 14, 19, 21, 22, 25 (inteira), 29, 34, 39, 41, 46, 49, 52, 58 (inteira), 55, 61, 65, 67, 69, 73, 77, 80, 83 (inteira), 89, 94, 95, 98, 100, 105, 111 (inteira), 116, 123, 131, 135, 139, 145, 146 e 147.

nem sequer fez menção ao nome do autor inglês e nem trouxe a informação de que o texto em português era uma tradução do conhecido romance. Entretanto, o texto adaptado chama a atenção para alguns aspectos em relação ao seu arquétipo em inglês.

A sintaxe complicada do original foi transformada em parágrafos curtos com frases simples, e em estilo direto. A história começa assim na adaptação (Defoe, 1884, p.1):

Vivia em Hamburgo, em tempos passados, um homem honrado, que se chamava Robinson, e que, ao lado de uma modesta fortuna, possuía três filhos.

Um destes fez-se soldado, e foi morto em uma batalha ferida contra os franceses.

O segundo apanhou acidentalmente uma grande constipação, e morreu do peito.

Assim ficou só o terceiro, o mais moço, que se chamava Crusoe, e no qual os pais encontraram todo o amor que outrora dividiam os três.

Como se percebe, esse fragmento condensou uma página inteira do original, sem perder as informações essenciais. Outra mudança significativa foi o uso da terceira pessoa, o que facilita a compreensão da criança, que capta melhor a narrativa contada por outra pessoa e não pelo próprio protagonista, como é o caso do original: "*I was born in the year 1632...*". Assim, o texto adaptado se transformou em uma história para ser ouvida, e não para ser lida pura e simplesmente. Esse procedimento narrativo possui o sabor e a curiosidade dos inícios de contos de fadas: "Era uma vez..."<sup>17</sup>

O simpático índio selvagem, tornado escravo pelo tigrânico Crusoe, recebeu a seguinte descrição na adaptação brasileira (ibidem, p.73):

Era Sexta-feira um índio de boa presença, e que podia contar vinte anos; pele de cor de cobre, cabelo negro e corrido, nariz curto, mas bem formado, lábios delgados e dentes alvíssimos, em suma um tipo interessante e sim-

<sup>17</sup> Defoe, assim como Swift em *As viagens de Gulliver*, nunca imaginou escrever uma história para o leitor jovem. Os diversos adaptadores do mundo inteiro foram os responsáveis por essa fascinante transformação. O público jovem começou a gostar das obras literárias a partir dessas "mutilações" do texto estrangeiro.

<sup>18</sup> As interpretações de Rousseau, Samuel Coleridge, Edgar Allan Poe e Karl Marx ficaram famosas e constituem textos importantes na imensa fortuna crítica de *Robinson Crusoe*.

pático. Trazia nas orelhas e no alto da cabeça adornos de penas e conchas, o que aliás perfazia a sua única vestimenta.

Percebe-se que Jansen transformou o selvagem canibal caribenho em índio com traços físicos semelhantes aos dos nativos brasileiros. O autoritário Crusoe ensina seu novo escravo a chamá-lo de "master", impondo-lhe dominação e obediência. Na adaptação, é o próprio Sexta-feira quem toma a iniciativa de designar seu benfeitor como "Cacique". No original, o protagonista tem 26 anos de idade; na adaptação, ela foi reduzida para vinte anos, mais próxima da idade dos jovens leitores brasileiros.

No final da narrativa (ibidem, p.147), Crusoe continua desempenhando o papel de colonizador em relação ao seu recém-colonizado Sexta-feira. As implicações políticas desse convívio são um dos focos de interesse da crítica especializada.<sup>18</sup> Na adaptação, os dois se tornam amigos e companheiros fiéis. As três personagens principais – Crusoe, Sexta-feira e o velho pai desse – permanecem juntas no retorno a Inglaterra e vão morar no campo para trabalhar a terra, retendo ativa a experiência vivenciada durante longos anos na ilha deserta:

E para manter sempre vivas na memória as reminiscências da sua ilha, construiu, no meio de sua bela propriedade, uma gruta artificial com o seu competente terreiro, a escada de cordas e a parede viva de árvores verdejantes.

Muitas vezes, e principalmente em momentos difíceis de sua nova vida, Robinson recolhia-se nesse recinto para meditar acerca da solução dos problemas que o preocupavam; e, vencida a dificuldade, dizia a Sexta-feira com um sorriso de satisfação:

– Foi nessa escola, lá, em nossa ilha, que aprendi a refletir e a conhecer o poder da vontade e a prodigiosa fertilidade do trabalho inteligente, paciente e aturado.

## Monteiro Lobato

Até o final do século XIX, a edição de livros no Brasil era ainda bastante precária. Havia poucas bibliotecas

públicas, e essas possuíam acervos reduzidos cujo número de volumes mal chegava a dez mil volumes cada uma. Muito lentamente, alguns livreiros importadores foram se instalando no Rio de Janeiro. Dentre eles, destacaram-se os irmãos Laemmert, a Casa Garnier e o português Francisco Alves. As tiragens eram baixíssimas; raramente uma edição ultrapassava a quantidade de mil exemplares.<sup>19</sup> O mercado consumidor, por sua vez, era bastante escasso. Os autores só podiam contar com um universo muito restrito de leitores em razão do alto índice de analfabetismo.<sup>20</sup>

A atuação de Monteiro Lobato (1882-1948) foi decisiva para o fortalecimento do mercado livreiro no Brasil. Sua preocupação em criar uma literatura voltada para o público infantil se manifestou a partir do desejo de ensinar, ele próprio, a leitura aos seus filhos. Em carta dirigida a Godofredo Rangel (1884-1951), datada de 8 de novembro de 1916, Lobato (1968, t.II, p.104) escreve sobre a vontade de produzir literatura adaptada ao gosto das crianças brasileiras:

Ando com várias idéias. Uma: vestir à nacional as velhas fábulas de Esopo e La Fontaine, tudo em prosa e mexendo nas moralidades. Coisa para crianças. Veio-me diante da atenção curiosa com que meus pequenos ouvem as fábulas que Purezinha<sup>21</sup> lhes conta. Guardam-nas de memória e vão recontá-las aos amigos – sem, entretanto, prestarem nenhuma atenção à moralidade, como é natural. A moralidade nos fica no subconsciente para ir se revelando mais tarde, à medida que progredimos em compreensão. Ora, um fabulário nosso, com bichos daqui e ali, vez dos exóticos, se for feito com arte e talento dará coisa preciosa. As fábulas em português que eu conheço, em geral traduções de La Fontaine, são pequenas moitas de amora do mato – espinhentas e impenetráveis. Que é que nossas crianças podem ler? Não vejo nada. Fábulas assim seriam um começo da literatura que nos falta. Como tenho um certo jeito para impingir gato por lebre, isto é, habilidade por talento, ando com idéias de iniciar a coisa. É de tal pobreza e tão besta a nossa literatura infantil, que nada acho para a iniciação de meus filhos.

<sup>19</sup> Koshiyama (2006) demonstra que essa situação começa a se modificar com a entrada de Monteiro Lobato no mercado de livros. Seu *Narizinho arrebitado*, publicado em 1921, vendeu cinquenta mil exemplares. Esse número elevado de vendas para a época foi atingido graças à ajuda do governador do Estado de São Paulo, Washington Luís, que mandou comprar a maior parte da tiragem para uso nas escolas primárias paulistas.

<sup>20</sup> Em carta de 24 de novembro de 1915, dirigida a Godofredo Rangel, Lobato (1968, t.II, p.186) lamentava: “Pena morarmos num país em que o analfabetismo cresce. Cresce com o aumento da população...”.

<sup>21</sup> Diminutivo afetivo com o qual o autor chamava sua mulher Maria Pureza da Natividade, com se casou em 1908.

Esse sonho começa a se tornar realidade com a aquisição da propriedade da *Revista do Brasil*, da qual era editor, em 1918. Nela publicou seu primeiro livro, *Unipês*, e também *Cidades mortas e Idéias de Jeca Tatu*. Três anos mais tarde, já sob a égide da Monteiro Lobato & Cia. Editores, o escritor lança sua primeira obra dedicada especificamente às crianças: *Narizinho arrebitado*. Na capa, aparecem os dizeres “segundo livro de leitura para uso das escolas primárias”.

Em um bilhete sem data [maio de 1921], Lobato (1968, t.II, p.232) pede pressa e dá instruções ao amigo Rangel de como fazer as adaptações: “Recebi *Tempestade*. Vai traduzindo os outros contos shakespearianos, em linguagem bem simples, sempre na ordem direta e com toda a liberdade. Não te amarras ao original em matéria de forma – só em matéria de fundo. Quanto ao *D. Quixote*, vou ver se acho a edição de Jansen”.

A leitura das adaptações de Carlos Jansen vai desencadear o seu projeto de publicar traduções dos clássicos adaptadas para as crianças. Em carta de 17 de junho de 1921 (ibidem, p.233), ele traça um plano de edição dessas obras:

Pretendemos lançar uma série de livros para crianças, como *Gulliver*, *Robinson*, etc., os clássicos, e vamos nos guiar por umas edições do velho Laemmert, organizadas por Jansen Müller. Quero a mesma coisa, porém com mais leveza e graça de língua. Creio até que se pode agarrar o Jansen como “burro” e reescrever aquilo em língua desliteraturizada – porque a desgraça da maior parte dos livros é sempre o excesso de “literatura”. Comecei a fazer isso, mas não tenho tempo; fiquei no primeiro capítulo, que te mando como amostra. Quer pegar a empreitada? A verba para cada um não passa de 300\$, mas os livros são curtos e o teu tempo aí absolutamente não é “money”. Coisa que se faz ao correr da pena. É só ir eliminando todas as complicações estilísticas do “burro”. Se não tens por aí essas edições do Laemmert, mandarei.

O convite formulado a Rangel para esse fazer as adaptações pode instaurar uma dúvida quanto à verdadeira

autoria das traduções assinadas por Lobato. Na sequência de cartas trocadas pelos dois, percebe-se que Rangel não deu cabo ao trabalho proposto. Isso fica claro na carta sem data [julho de 1924] (ibidem, p.266) na qual o escritor cobra o atraso do trabalho ofertado três anos antes:

Fechamos a torneira aos poetas e aos literatos nacionais de segunda classe. Só editaremos gente de primeira e as boas coisas da literatura universal. Mas insisto em obter traduções como as entendo. Essas traduções infamérrimas que vejo por aí, não as quero de maneira nenhuma. Mas é difícil... *D. Quixote* você pegou, mas parou no começo. E há as *Viagens de Gulliver*, e as *Mil e Uma Noites*, e *Peter Pan* – todas essas coisas que vêm galhardamente resistindo ao roçar dos tempos.

Em carta de 11 de janeiro de 1925 (ibidem, p.275), Lobato volta a reclamar as traduções encomendadas, sugerindo a Rangel usar “estilo água de pote, hein? E ficas com liberdade de melhorar o original onde entenderes”,<sup>22</sup> mencionando um novo projeto: “Estou a examinar os contos de Grimm dados pelo Garnier. Pobres crianças brasileiras! Que traduções galeçais! Temos de refazer tudo isso – abraçá-las a linguagem”. Nesse mesmo ano, saiu sua primeira adaptação de obra estrangeira para crianças: *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*, de Hans Staden, que obteve sucesso extraordinário, vendendo oito mil exemplares em apenas três meses, em publicação da Cia. Editora Nacional,<sup>23</sup> de propriedade do próprio Monteiro Lobato e do sócio Otalles Marcondes Ferreira.

A enorme acolhida recebida pela tradução de Hans Staden motivou Lobato a se dedicar com mais afinco às adaptações de obras estrangeiras para o público infantil. Desejo já manifestado em 7 de maio de 1916, em carta dirigida ao amigo Rangel:

Ando com idéias de entrar nesse caminho: livro para crianças. De escrever para marmanjos já me enjoei. Bichos sem graça. Mas para as crianças, um livro é todo um mundo. Lembro-me como vivi dentro do *Robinson Crusoe* do

<sup>22</sup> Em outra carta, de 7 de outubro de 1925, Lobato (1968) volta a oferecer o trabalho de tradução ao amigo: “Vamos ter muito trabalho de traduções, e se dispões de tempo e tens gosto para traduzir, conversaremos”.

<sup>23</sup> Sobre o sucesso da nova editora, Lobato (1968, t.II, p.282) escreveu, em 8 de novembro de 1925: “A nova companhia está fundada e com todas as rodas girando. Eu e o Otalles só. Primeiro livro dado: o meu Hans Staden. Outros virão. Em três ou quatro anos a nossa Cia. Editora Nacional estará maior que o Pão de Açúcar – e sólida como ele”.

<sup>24</sup> A data correta da publicação do romance na Inglaterra é 1719. Muito provavelmente, por um erro de composição tipográfica, a data saiu com números trocados. Causa perplexidade constatar que esse erro perdurou em várias edições e durante muito tempo. A 8ª edição, por exemplo, publicada pela editora Brasiliense, em 1958, ou seja, 27 anos após a primeira, ainda trazia o subtítulo da obra com essa data errada.

Laemmert. Ainda acabo fazendo livros onde as nossas crianças possam morar. Não ler e jogar fora; sim morar, como morei no *Robinson* e n'Os *Filhos do Capitão Grant*.

Em 1927, Lobato é nomeado adido comercial nos Estados Unidos, de onde só regressará em 1931. Nesse período, pouco produziu literariamente falando. Em carta de 26 de junho de 1930 (ibidem, p.322), de Nova York, ele fala dos seus planos de voltar a escrever para crianças:

Também vou fazer mais livros infantis. As crianças sei que não mudam. São em todos os tempos e em todas as pátrias as mesmas. As mesmas aí, aqui e talvez na China. Que é uma criança? Imaginação e fisiologia; nada mais.

Sabe que concentrei um *Robinson*? Otalles encomendou-mo e fi-lo em cinco dias – um recorde: 183 páginas em cinco dias, inclusive um domingo cheio de visitas e partidas de xadrez.

A adaptação foi publicada em 1931 pela Cia. Editora Nacional. Apesar das inúmeras buscas, não consegui encontrar essa primeira edição. A mais antiga que tive em mãos, também adquirida em sebo com o auxílio da internet, foi a terceira, também publicada pela mesma editora em 1938, contendo 124 páginas.

O exemplar então adquirido não trazia a capa original, que foi substituída por uma capa dura comum. Infelizmente, esse procedimento de encadernar uma obra antiga sem preservar a capa original impede que pesquisador conheça esse importante paratexto da obra. Na folha de rosto dessa edição constam os seguintes dados: **ROBINSON CRUSOE**, escrito em negrito e caixa alta, sem acento / **AVENTURAS DUM NAUFRAGO PERDIDO NUMA ILHA DESERTA, ESCRITAS EM 1790**<sup>24</sup> / por / **DANIEL DEFOE** / ADAPTADAS PARA AS CRIANÇAS / por / **MONTEIRO LOBATO** / TERCEIRA EDIÇÃO / COMPANHIA EDITORA NACIONAL / SÃO PAULO – RIO DE JANEIRO – RECIFE – PORTO-ALEGRE / 1938.

Como se percebe, diferentemente do que ocorreu com a adaptação de Carlos Jansen, essa traz o nome do autor

original em destaque antes do nome do adaptador. Na página imediata, encontra-se o índice dos capítulos, que obedece à seguinte configuração, com os respectivos números de página:

Robinson Crusoe .....	7	Faço uma grande canoa .....	58
Minha primeira viagem .....	9	Meu guarda-sol .....	60
Começo a ver o mundo.....	11	Uma perigosa aventura .....	62
Mais uma viagem .....	13	Uma voz humana .....	65
O naufrágio .....	15	Sinto-me feliz como um rei .....	67
Sou lançado à praia.....	17	Viro padeiro .....	70
Minha primeira noite .....	19	Sinais na areia .....	73
Meu primeiro amanhecer .....	21	Novos sustos .....	76
Faço uma jangada .....	23	Nova descoberta .....	79
A Jangada vai para a terra .....	25	A gruta .....	82
Descubro que estou numa ilha .....	27	Selvagens! .....	84
Aparece-me uma visita .....	29	Novo naufrágio .....	87
Descubro mais cousas .....	31	O navio perdido.....	90
Começo meu castelo .....	33	Um estranho sonho .....	92
Primeira caçada .....	36	Sexta-Feira .....	97
Robinson não pode parar .....	39	Sexta-Feira aprende muita coisa ...	100
Um grande susto .....	41	Novo bote .....	105
Exploração da ilha .....	43	Uma vela no horizonte .....	108
Preparações para o inverno .....	45	Rasgo de ousadia .....	111
Meu calendário .....	47	Uma dia inquieto .....	114
Planto alguns grãos .....	49	O governador da ilha.....	117
Uma longa viagem .....	51	Nova roupas .....	121
Primeira colheita .....	53	Fim .....	123
Viro paneleiro .....	56		

Ao longo da narrativa, aparecem três gravuras coloridas de página inteira, que vêm acompanhadas de frases tiradas do texto, a saber: página 37, “minha fome era grande”; página 69, “resolvi construir uma canoa”; e página 101, “um dia inquieto”. As ilustrações em preto e branco são abundantes: uma no início e outra no final de cada capítulo.

Pela quantidade de capítulos (47) e grande número de ilustrações, o texto de Lobato ficou bastante reduzido. Por isso, não deve espantar o fato de ele ter concluído o trabalho em apenas cinco dias, conforme afirmou. Sua história começa assim:

Meu nome é Robinson Crusoe. Nasci na velha cidade de York, onde há um rio muito largo cheio de navios que entram e saem.

Tal como o original inglês, Lobato (1938, p.9) utilizou a primeira pessoa para contar as façanhas do naufrago, que desobedece às ordens paternas de não se aventurar pelos mares. Na adaptação, a presença do pai foi diminuída pela figura da mãe, personagem mais presente no cotidiano de uma criança: “Muito cedo me convenci que minha mãe tinha toda a razão. Vida de marinheiro é vida pesada. Não sobra tempo para brincar, a bordo de um navio, ou pelo menos não sobrava a bordo do meu navio”.

Lobato preferiu deixar o encontro de Crusoe com selvagem Sexta-feira para ocorrer próximo do final da narrativa. Fazendo uso constante do linguajar infantil, ele observa a estranha aparição com os olhos de uma criança: “Tremia como geléia, o coitado”. Usando frases curtas e estilo direto, ele descreve a figura do selvagem (ibidem, p.98):

Era um belo índio. Não muito grande, mas alto e forte. Cabelos compridos e negros. Testa alta e larga. Olhos muito brilhantes.

Tinha a face redonda e cheia, o nariz bem formado, os lábios finos, os dentes alvos como marfim.

A pele não mostrava nem o tom negro dos africanos, nem o tom amarelo dos índios do Brasil. Lembrava a cor das azeitonas.

O último capítulo, que leva o sintético e trivial título “Fim”, Crusoe narra sua volta a Londres, levando seu amigo Sexta-feira: “nada do mundo o faria separar-se de mim”. Aqui também, Lobato suprimiu a figura do pai do índio. Ao final, o protagonista ganha muito dinheiro com a produção de fumo de sua fazenda no Brasil, e termina a narrativa, antevendo novas aventuras (ibidem, p.124): “Estava rico, pois. Se quisesse passaria o resto dos meus anos na ociosidade. Mas a ociosidade me era odiosa. Pus-me a viajar, a ver mais mundo – e novas e extraordinárias aventuras sucederam. Essas, porém, não cabem num livro, que está no fim. Adeus”.

A adaptação de Lobato alcançou dezenas de edições ao longo dos 77 anos desde o primeiro lançamento. Até hoje ela é reeditada e pode ser encontrada facilmente nas livrarias e até em bancas de jornal e revista. Existem atualmente cerca de trinta diferentes adaptações<sup>25</sup> ou traduções completas disponíveis nas livrarias brasileiras. A de autoria de Monteiro Lobato ainda permanece entre as mais vendidas.

Após o sucesso alcançado por *Robinson Crusoe*, o brasileiro ficou bastante estimulado para traduzir e adaptar em quantidade. Em carta datada de 16 de junho de 1934, Lobato (1968, p.327) dá conta do que havia produzido em apenas seis meses:

Tenho empregado as manhãs a traduzir, e num galope. Imagine só a batelada e janeiro até hoje: Grimm, Andersen, Perrault, *Contos* de Conan Doyle, *O homem invisível* de Wells e *Pollyana Moça*, o *Livro da Jungle*. E ainda fiz *Emília no País da Gramática*. Tudo isto sem faltar ao meu trabalho diário na Cia. Petróleos do Brasil, com amiguadas visitas ao poço do Araquá.

Já se antecipando às críticas que certamente viriam a respeito da sua reconhecida falta de comprometimento para com texto original, Lobato se defende com antecedência, ao final dessa mesma carta (ibidem, p.328): “Eu às vezes até me revolto de dar à bola em certos trechos de

<sup>25</sup> Diógenes Carvalho (2006) elaborou tese de doutorado na qual estudou as adaptações feitas por Carlos Jansen, Monteiro Lobato e Ana Maria Machado.

difícil tradução, ao lembrar-me do que é a média do público. Mas sou visceralmente honesto na minha literatura. Duvide quem quiser dessa honestidade. Eu não duvido. Nem você”.

Essa facilidade e essa rapidez para traduzir já foram mencionadas pelo próprio Lobato quase três décadas antes. Em carta de 10 de junho de 1908, ele escreveu: “[...] ando assoberbado de maças, que aliás rendem alguma coisa, sobretudo as traduções do inglês. Dito-as da rede e Purezinha escreve, e assim vai rápido”.

Em 15 de abril de 1940, em outra carta (ibidem, p.334), Lobato volta a escrever sobre sua atividade de tradutor: “Continuo traduzindo. A tradução é minha pinga. Traduzo como o bêbedo bebe: para esquecer, para atordoar. Enquanto traduzo, não penso na sabotagem do petróleo”. O ato de traduzir era um complemento à sua atividade de autor de livros infantis. Quando traduzia, isto é, quando adaptava as obras estrangeiras, ele pensava apenas no público infantil. Em uma de suas últimas cartas a Godofredo Rangel, escrita em 19 de dezembro de 1945, pouco menos de três anos de morrer, Lobato fornece ao amigo a sua receita de livro infantil (ibidem, p.371):

Para ser infantil tem o livro de ser escrito como o *Capinha Vermelha*, de Perrault. Estilo ultra direto, sem grânulo de “literatura”. Assim: Era uma vez um rei que tinha duas filhas, uma muito feia e má, chamada Teodora, a outra muito bonitinha e boa, chamada Inês. Um dia o rei, etc.

A coisa tem de ser narrativa a galope, sem nenhum enfeite literário. [...] Não imaginas a minha luta para extirpar a literatura dos meus livros infantis. A cada revisão nova nas novas edições, mato, como quem mata pulgas, todas as “literaturas” que ainda as estragam. Assim fiz no Hércules, e na segunda edição deixá-lo-ei ainda menos literário do que está. Dois da primeira edição é que faço a caçada das pulgas – e quantas encontro, meu Deus!

A intensa atividade de adaptar os clássicos ao gosto das crianças, apesar de se tornar muito extenuante, pro-

porcionava enorme prazer a Monteiro Lobato. Para confirmar essa constatação, tomo emprestada sua própria palavra para a citação final deste trabalho, e que poderia ser utilizada também como epígrafe:

Que delícia remodelar uma obra d'arte em outra língua!

## Referências

- AGUIAR, Ofir Bergemann de. *Uma reescritura brasileira de Os miseráveis*. São José do Rio Preto, 1996. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp).
- ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira: ensaio de preliminares para a sua história e suas fontes*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.
- BARBOSA, Rui. *Obras completas*. Rio de Janeiro: MEC, 1955. t.I, v.XIV.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta*. Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>. Acesso em: 20 fev. 2008.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*. 10.ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARVALHO, Diógenes Buenos Aires de. *Adaptação literária para crianças e jovens: Robinson Crusoe no Brasil*. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica.
- DEFOE, Daniel. *Robinson Crusoe*. Trad. Carlos Jansen. Rio: Laemmert [outubro de 1884, data do prefácio].
- \_\_\_\_\_. *Robinson Crusoe*. New York: Barnes & Noble, 2005.
- GENETTE, Gerard. *Paratexts: thresholds of interpretation (Literature, Culture, Theory)*. Trans. Jane E. Lewin. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- JANSEN, Carlos. *Robinson Crusoe*, redigido para a mocidade brasileira, segundo o plano de F. Hoffmann, por Carlos Jansen. Segunda edição, adornada com esplendidos chromos. Rio: Laemmert, s.d. (A primeira edição é de 1885).
- KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: Edusp, Com-Arte, 2006.
- LOBATO, Monteiro. *Robinson Crusoe, aventuras dum naufrago perdido numa ilha deserta, escritas em 1790 [a data correta é 1719] por Daniel Defoe, adaptadas para as crianças por Monteiro Lobato*. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1938.
- \_\_\_\_\_. *A barca do Gleyre: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- Paes, José Paulo. *Tradução: a ponte necessária – aspectos e problemas da arte de traduzir*. São Paulo, Ática, 1990.
- ROMERO, Sílvio. Prefácio. In: DEFOE, Daniel. *Robinson Crusoe*. Trad. Carlos Jansen. Rio: Laemmert [outubro de 1884, data do prefácio].
- \_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. 6.ed. Rio: José Olympio, 1960.
- VEIGA, Cláudio. *Aproximações: estudos de literatura comparada*. Salvador: UFBA, 1979.
- VERÍSSIMO, José. A educação nacional. In: ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. *Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira: história, autores e textos*. 4.ed. São Paulo: Global, 1993. p.271-2.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Robinson Crusoe, de Daniel Defoe: da sua circulação no mundo luso-brasileiro ao seu diálogo com o devir histórico*. Disponível em: <<http://www.livrohistoriaeditorial.pro.br/pdf/luizvillalta.pdf>>. Texto apresentado no I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, realizado de 8 a 11 de novembro de 2004. Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Acesso em: 27 fev. 2008.
- WYLER, Lia. *Línguas, poetas e bacheleiros: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. *Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira: história, autores e textos*. 4.ed. São Paulo: Global, 1993.